Birla Carbon Brasil Ltda.

CNPJ nº 02.634.915/0002-65

Demonstrações Financeiras - Exercícios findos em 31 de março de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)

Balanços patrimoniais	Nota	2025	2024
Ativo/Circulante		**455.538**	**418.185**
Caixa e equivalentes de caixa	4	98.781	34.524
Contas a receber de clientes	5	230.526	204.354
Estoques	6	99.869	110.005
Impostos a recuperar	7	7.810	48.664
Imposto de renda e contribuição social		-	6.337
Outras contas a receber		18.552	14.301
Não circulante		**341.527**	**289.629**
Realizável a longo prazo		**163.580**	**142.099**
Impostos a recuperar	7	8.543	7.400
Empréstimos com partes relacionadas	8	93.346	74.885
Depósito judicial	15	61.691	59.814
Imobilizado	9	177.947	147.530
Total do ativo		**797.065**	**707.814**

Balanços patrimoniais	Nota	2025	2024
Passivo/Circulante		**233.510**	**200.801**
Fornecedores	10	94.288	70.891
Arrendamento a pagar	11	534	116
Valores a pagar	8	9.126	52.861
Impostos e contribuições a recolher		14.201	14.298
Obrigações sociais e previdenciárias	12	14.603	13.629
Imposto de renda e contribuição social a pagar		22.536	23.694
Provisão para benefício pós-emprego	14	2.372	1.184
Provisões diversas e outras contas a pagar		75.850	24.128
Não circulante		**83.605**	**84.015**
Provisão para benefício pós-emprego	14	11.681	9.949
Provisão para contingências	15	55.053	53.699
Impostos diferidos	13	4.887	10.931
Arrendamento a pagar	11	1.139	-
Valores a pagar	8	10.845	9.436
Patrimônio líquido		**479.950**	**422.998**
Capital social	16	204.120	204.120
Ajustes de avaliação patrimonial		(2.245)	(268)
Reserva incentivo fiscal		64.322	43.584
Lucros acumulados		213.753	175.562
Total do passivo e patrimônio líquido		**797.065**	**707.814**

Demonstrações de resultados	Nota	2025	2024
Receita líquida	17	1.341.720	1.215.404
Custo dos produtos vendidos	18	(952.131)	(858.804)
Lucro bruto		**389.589**	**356.600**
Despesas de vendas		(4.305)	(10.109)
Despesas gerais e administrativas	19	(60.264)	(54.742)
Outras (despesas) receitas, líquidas		(394)	(465)
Resultado antes das despesas financeiras, líquidas e impostos		**324.626**	**291.284**
Receitas financeiras		37.316	9.298
Despesas financeiras		(22.668)	(36.301)
Receitas (despesas) financeiras líquidas	20	**14.648**	**(27.003)**
Resultado antes dos impostos		**339.274**	**264.281**
IR e CS - corrente	13	(96.038)	(103.933)
IR e CS - diferido	13	6.044	29.888
Lucro líquido do exercício		**249.280**	**190.236**

Demonstrações de resultados abrangentes	2025	2024
Lucro líquido do exercício	**249.280**	**190.236**
(Perdas) atuariais	(1.977)	(1.306)
Resultado abrangente total	**247.303**	**188.930**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	Capital social	Ajustes de avaliação patrimonial	Reserva incentivo fiscal	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31/03/2023	**204.120**	**1.038**	**26.045**	**385.548**	**616.751**
(Perdas) atuariais	-	(1.306)	-	-	(1.306)
Dividendos	-	-	-	(382.683)	(382.683)
Constituição reserva incentivo fiscal	-	-	17.539	(17.539)	-
Resultado do exercício	-	-	-	190.236	190.236
Saldos em 31/03/2024	**204.120**	**(268)**	**43.584**	**175.562**	**422.998**
(Perdas) atuariais	-	(1.977)	-	-	(1.977)
Dividendos e juros sobre o capital próprio	-	-	-	(190.351)	(190.351)
Constituição reserva incentivo fiscal	-	-	20.738	(20.738)	-
Resultado do exercício	-	-	-	249.280	249.280
Saldos em 31/03/2025	**204.120**	**(2.245)**	**64.322**	**213.753**	**479.950**

Demonstrações dos fluxos de caixa	2025	2024
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	**249.280**	**190.236**
Ajustes por:		
Depreciação	21.479	16.875
Variação cambial e juros sobre mútuos	(17.929)	(4.065)
Custo residual do ativo imobilizado baixado	395	464
Provisão de perda de crédito estimada	327	(5.856)
Provisão para benefício pós-emprego	943	767
Provisões (reversão) para estoques	225	(1.206)
Provisões para contingências	1.610	2.204
Despesas com IR e CS - corrente	96.038	103.933
Despesas com IR e CS - diferido	(6.044)	(29.888)
Outros	(2.066)	(3.304)
	344.258	270.160
Redução (aumento) nos ativos operacionais:		
Contas a receber de clientes	(27.031)	39.683
Estoques	9.911	4.613
Impostos a recuperar	46.048	161.074
Depósito judicial	(97)	853
Outras contas a receber	(4.251)	2.651
Aumento (redução) nos passivos operacionais:		
Fornecedores	21.870	(33.290)
Obrigações sociais e previdenciárias	974	42
Impostos e contribuições a recolher	(98)	(2.457)
Pagamento de processos judiciais	(256)	(868)
Outras contas a pagar	51.722	22.158
Valores a pagar	(42.326)	1.907
Dividendos e juros sobre o capital próprio	(190.351)	(340.955)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(97.196)	(105.072)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	**113.177**	**20.499**
Fluxo de caixa das atividades investimentos		
Aquisições de bens do ativo imobilizado	(48.920)	(26.342)
Caixa líquido usado nas atividades de investimentos	**(48.920)**	**(26.342)**
(Diminuição) aumento do caixa e equivalentes de caixa	**64.257**	**(5.843)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	34.524	40.367
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	98.781	34.524
(Diminuição) aumento do caixa e equivalentes de caixa	**64.257**	**(5.843)**
Informações complementares à demonstração do fluxo de caixa		
Transações que não envolveram caixa	**2025**	**2024**
Dividendos não pagos	-	(41.728)
Benefício pós-emprego	(1.977)	(1.306)
Investimentos de capital a pagar (CAPEX)	(1.528)	-
Arrendamento financeiro	1.843	-

Notas explicativas às demonstrações financeiras

1. Contexto operacional: A Birla Carbon Brasil Ltda. ("Empresa") é uma entidade domiciliada no Brasil. A Empresa possui um escritório central na cidade de Santos e duas plantas, sendo uma no município de Cubatão, no estado de São Paulo, e a outra no município de Camaçari, no estado da Bahia, ambas efetuam a produção de negro de fumo. A planta de Cubatão iniciou sua operação de negro de fumo em 1958, quando ainda pertencia à Copebrás, atual China Molybdenum Co., Ltd. (CMOC), e em 1996 passou a operar a sua unidade de geração de energia elétrica. A planta de Camaçari iniciou a operação de negro de fumo em 2007 e em 2010 foram concluídas as instalações da tubulação para a venda de gás residual de processo (*Tail Gas*). As fontes de receita são decorrentes da venda e da revenda de negro de fumo no mercado interno e mercado externo, bem como, venda de energia elétrica, vapor e gás residual de processo (*Tail Gas*). O negro de fumo é largamente aplicado como aditivo na borracha e seus derivados, tendo o setor automobilístico como principal mercado consumidor e o setor petroquímico como principal fornecedor de matéria-prima. **2. Base de preparação: a. Declaração de conformidade com relação às normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC):** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), incluindo os pronunciamentos emitidos pelo CPC. Detalhes sobre as políticas contábeis da Empresa estão apresentadas na Nota Explicativa nº 3. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 26 de maio de 2025. **b. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor. **c. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Empresa. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **d. Uso de estimativas e julgamentos:** Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revistas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. ***(i) Julgamentos e incertezas sobre premissas e estimativas:*** As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras, bem como incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material, estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Nota Explicativa nº 13 - Impostos diferidos; • Nota Explicativa nº 14 - Provisão para benefício pós emprego; • Nota Explicativa nº 15 - Provisão para contingências. **3. Políticas contábeis materiais:** A Empresa aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras. **a. Moeda estrangeira:** Transações em moeda estrangeira são convertidas para moeda funcional da Empresa pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes na reconversão são reconhecidas no resultado. **b. Instrumentos financeiros: *(i) Reconhecimento e mensuração inicial:*** As contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Empresa se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. ***(ii) Classificação e mensuração subsequente:*** *Instrumentos financeiros:* No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) - instrumento de dívida; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) - instrumento patrimonial; ou ao valor justo por meio do resultado (VJR). Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Empresa mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e nesse caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender a ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR): • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais. • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um instrumento de dívida é mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) se atender a ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR): • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros. • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Empresa pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes (ORA). Essa escolha é feita investimento por investimento. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA), conforme descrito acima, são classificados como ao valor justo por meio do resultado (VJR). Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Empresa pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) como ao valor justo por meio do resultado (VJR) se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria. As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Empresa. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. *Ativos financeiros - Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros.* Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. A Empresa considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia a essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Empresa considera: • Eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa. • Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis. • O pré-pagamento e a prorrogação do prazo. • Os termos que limitam o acesso da Empresa a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na *performance* de um ativo). *Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas:* • Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado (VJR): Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado. • Ativos financeiros a custo amortizado: Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. • Instrumentos de dívida a valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA): Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes (ORA). No desreconhecimento, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes (ORA) é reclassificado para o resultado. • Instrumentos patrimoniais a valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA): Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes (ORA) e nunca são reclassificados para o resultado. *Passivos financeiros - Classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas:* Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado (VJR). Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR) são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. ***(iii) Desreconhecimento:*** *Ativos financeiros:* A Empresa desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Empresa transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Empresa nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. A Empresa não registra o contas a receber ao seu valor presente por estimar que os valores não são significativos. A Empresa realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos. *Passivos financeiros:* A Empresa desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Empresa também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. ***(iv) Compensação:*** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Empresa tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. A Empresa não operou com instrumentos financeiros derivativos em 31 de março de 2025 e 2024. **c. Receita líquida:** ***Venda de produtos:*** A receita operacional da venda de mercadorias no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e os benefícios mais significativos inerentes à propriedade das mercadorias foram transferidas para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a Empresa, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias pode ser estimada de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os produtos vendidos, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurada de maneira confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas. O momento correto da transferência de riscos e benefícios varia dependendo das condições individuais do contrato de venda. Para vendas internacionais, depende do tipo de *incoterm* do contrato. **d. Receitas financeiras e despesas financeiras:** As principais receitas financeiras abrangem principalmente receitas de juros sobre aplicações financeiras, empréstimos (mútuo) ativos e variações cambiais ativas. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos. A receita de juros é reconhecida com base proporcional ao tempo, levando em consideração o principal em aberto e a taxa efetiva ao longo do período até o vencimento, quando se determina que essa receita será apropriada à Empresa. As principais despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre cessão de recebíveis, juros calculados sobre capital próprio, multas, variações cambiais passivas e despesas bancárias. **e. Benefícios a empregados:** ***Benefícios de curto prazo a empregados:*** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do que se espera que será pago se a Empresa tem uma obrigação legal ou construtiva presente de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. ***Planos de benefício pós-emprego:*** A Empresa é patrocinadora de planos de pensão de contribuição definida para os funcionários do quadro atual, e de benefício definido para funcionários aposentados que adquiriram esse plano. A obrigação líquida da Empresa quanto aos planos de benefício pós-emprego é calculada individualmente para cada plano através da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados receberão como retorno pelos serviços prestados no período atual e em períodos anteriores. Esse benefício é descontado para determinar o seu valor presente. Quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e os valores justos de quaisquer ativos do plano são deduzidos. O cálculo da obrigação de plano de benefício é realizado anualmente por um atuário qualificado utilizando o método de crédito unitário projetado. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos são levadas em consideração quaisquer exigências de custeio mínimas que se aplicam a qualquer plano na Empresa. Quando os benefícios de um plano são incrementados, a porção do benefício incrementado relacionada aos serviços passados prestados pelos empregados é reconhecida imediatamente no resultado pelo método linear ao longo do período médio até que os benefícios se tornem um direito adquirido (*vested*). Na medida em que os benefícios sejam um direito adquirido imediatamente, a despesa é reconhecida imediatamente no resultado. **f. Provisões:** Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Empresa tem uma obrigação legal ou construtivo presente que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. **g. Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferidos são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido. ***(i) Imposto corrente:*** A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras. O imposto corrente ativo e passivo são compensados somente se alguns critérios forem atendidos. ***(ii) Imposto diferido:*** Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. O imposto diferido é mensurado com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de elaboração das demonstrações financeiras. **h. Estoques:** Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no princípio do custo médio e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. No caso dos estoques manufaturados e produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade normal de operação. O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas. **i. Imobilizado: *(i) Reconhecimento e mensuração:*** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas de redução ao valor recuperável (*impairment*). O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos no resultado. ***(ii) Custos subsequentes:*** Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Empresa. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos. ***(iii) Depreciação:*** Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso, mesmo quando construídos internamente. A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação geralmente é reconhecida no resultado, a menos que o montante esteja incluído no valor contábil de outro ativo. Terrenos não são depreciados. As vidas úteis estimadas dos itens significativos do ativo imobilizado para o exercício corrente e exercícios comparativos são as seguintes:

Edifícios	20 - 30 anos
Máquinas, equipamentos e instalações	12 - 15 anos
Máquinas, equipamentos (reatores)	01 - 20 anos
Móveis e utensílios	12 - 15 anos
Equipamentos de informática	03 - 05 anos
Veículos	03 - 05 anos

Os métodos de depreciação das vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício social e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. **j. Redução ao valor recuperável de ativos *(impairment)*: *(i) Ativos financeiros não derivativos:*** Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são avaliados a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável (*impairment*). Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui: • Inadimplência ou atrasos do devedor. • Indicativos de que o devedor ou o emissor irá entrar em falência. • Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores. A Empresa considera evidência de perda de valor para recebíveis tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os recebíveis individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor. Todos os recebíveis individualmente significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Recebíveis que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares. Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva, a Empresa utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas. Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado do exercício e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos por meio da reversão do desconto. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado. ***(ii) Ativos não financeiros:*** Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Empresa, , são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados aos seus valores presentes usando uma taxa de desconto antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da unidade geradora de caixa. Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou unidade geradora de caixa exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. Uma perda por redução ao valor recuperável é revertida somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. **k. Novas normas e interpretações ainda não efetivas:** Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2024. A Empresa não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras. ***(i) IFRS 18 Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis:*** O IFRS 18 substituirá o CPC 26/IAS 1 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais. • As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará. • As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras. • Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras. Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto. A Empresa ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas da Empresa a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. A Empresa tammbém está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como 'outros'. ***(ii) Outras normas :*** Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto nas demonstrações financeiras consolidadas da Empresa: • Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02/IAS 21); • Classificação e mensuração de instrumentos financeiras (alterações IFRS 9 e IFRS 7).

4. Caixa e equivalentes de caixa:

	2025	2024
Bancos	57.438	9.284
Aplicações financeiras	41.343	25.240
	98.781	**34.524**

O saldo de aplicações financeiras em 31 de março de 2025 é relacionado as contas do Banco Bradesco, JP Morgan, Citibank e Banco Itaú, com remuneração que varia de 20% a 30% a.a. do CDI, exceto Banco Itau que tem como remuneração o prazo de permanência do recurso aplicado variando entre 2% a 100% do DI CETIP, para o ano de 2023 manteve-se com a mesma remuneração.

5. Contas a receber de clientes

	2025	2024
No país **(i)**	233.878	180.423
No exterior	5.742	32.751
Partes relacionadas **(ii)** (Nota 8)	53	-
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa **(iii)**	(9.147)	(8.820)
	230.526	**204.354**

(i) Cessão de crédito. A fim de atender à necessidade de capital de giro através da cessão de recebíveis, bem como o alongamento do prazo no faturamento de vendas para operações específicas de determinados clientes do mercado interno, são fechadas operações de cessão de crédito sem coobrigação (sem direito de regresso) negociada entre a Empresa, o cliente, bancos e fundos de investimento de direito creditório (FIDCs) de relacionamento comum, nas quais a Empresa cede as duplicatas/títulos de sua emissão a essas entidades, bancos e FIDCs. Em decorrência da ausência de coobrigação na cessão desses títulos, a Empresa está desobrigada integralmente de cobrir junto aos bancos qualquer eventual valor não quitado pelos clientes. Como consequência, os títulos negociados sob essa condição são baixados do saldo de contas a receber imediatamente após a entrada dos recursos financeiros em nossa conta bancária. **(ii)** Contas a receber com partes relacionadas: O saldo de conta a receber com partes relacionadas consiste na exportação de Negro de Fumo à Empresa ligada Birla Carbon U.S.A., INC. - North Bend. **(iii)** Provisão para créditos de liquidação duvidosa: A Empresa efetuou avaliação da realização dos ativos financeiros, verificando a necessidade de registrar estimativa com perda no recebimento de títulos a receber. A referida avaliação foi baseada na análise retrospectiva de perdas incorridas nos seis últimos exercícios sociais e perdas esperadas com base no relatório de perspectiva de mercado emitido por empresa especializada. O vencimento das contas a receber na data das demonstrações financeiras em 31 de março está assim demonstrado:

	2025	2024
A vencer	224.661	172.732
Vencidos		
Até 30 dias	734	8.416
Entre 31 e 60 dias	687	4.680
Entre 61 e 120 dias	-	7.397
Maior 120 dias	4.444	11.129
	230.526	**204.354**

O movimento da provisão para perda de crédito esperada durante o ano foi o seguinte:

Provisão para crédito de liquidação duvidosa	**2025**	**2024**
Saldo inicial	(8.820)	(2.964)
Provisão	(327)	(5.856)
Saldo final	**(9.147)**	**(8.820)**

Em 31 de março de 2025, a Empresa realizou uma nova constituição de provisão para perda de crédito esperada decorrente ao aumento de risco de crédito de determinado cliente.

6. Estoques

	2025	2024
Produtos acabados	45.471	51.619
Matérias-primas	18.778	25.592
Almoxarifado	35.620	32.794
	99.869	**110.005**

O montante de provisão para perdas de estoques, alocado no estoque em 31 de março de 2025, foi de R$ 230 (R$ 5 em 2024), saldo substancialmente registrado na linha de almoxarifado.

Provisão para perdas de estoques	**2025**	**2024**
Saldo inicial	(5)	(1.211)
Provisão	(914)	(138)
Reversão/utilização	689	1.344
Saldo final	**(230)**	**(5)**

7. Impostos a recuperar

	2025	2024
PIS	1.282	8.011
COFINS	4.985	38.778
ICMS	9.793	8.224
Outros	293	1.051
Saldo final	**16.353**	**56.064**
Circulante	7.810	48.664
Não circulante	8.543	7.400
Total	**16.353**	**56.064**

Em março de 2022 foram considerados os valores efetivos relacionados à habilitação do crédito de PIS/COFINS, junto à Receita Federal, em conformidade com a decisão definitiva do STF sobre a exclusão do ICMS da base de cálculo dos referidos tributos. A Empresa acompanhou com especial atenção a compensação desses créditos com os pagamentos de tributos, destacadamente IRRF, CIDE, PIS, COFINS, IRPJ e CSLL processos de compensação concluídos em Outubro/2024. Em outubro de 2022, a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) reconheceu o enquadramento da planta de Camaçari no benefício fiscal para a redução do IRPJ (lucro da exploração). A Administração da Empresa monitora continuadamente a realização dos créditos acumulados do ICMS da planta de Camaçari, cuja origem está relacionada com operações de transferência de produtos acabados da planta de Cubatão para a planta de Camaçari no passado, e entende que tais créditos serão integralmente realizados em operações de venda de negro de fumo relacionados com as premissas de seu modelo de operação. Destaca-se a mudança na estrutura de vendas e o atendimento aos clientes de outros Estados, com a transferência do fluxo de fornecimento de produtos da fábrica de Cubatão para a fábrica de Camaçari, otimizando assim a realização do crédito acumulado.

8. Partes relacionadas

	2025	2024
Ativo circulante/Contas a receber e outras contas a receber		
Birla Carbon U.S.A., INC. - Marietta	387	337
Birla Carbon U.S.A., INC. - North Bend	53	-
Birla Carbon U.S.A., Inc. - Hickok US	52	-
Total ativo circulante	**492**	**337**
Ativo não circulante/Empréstimo **(i)**		
Indigold Carbon Hungary LLC	93.346	74.885
Total ativo não circulante	**93.346**	**74.885**
Passivo circulante		
Royalty a pagar **(ii)**		
Columbian Intl. Chemical Corp.	2.446	1.764
Subtotal	**2.446**	**1.764**
Contas a pagar		
CC Holdco (Luxembourg) S.à r.l **(iii)**	6.673	50.388
Birla Carbon Hickok US	-	658
Indigold Carbon Cooperatif UA **(iii)**	7	51
Subtotal	**6.680**	**51.097**
Total passivo circulante	**9.126**	**52.861**
Não circulante/Contas a pagar		
Birla Carbon U.S.A., INC. - Marietta	10.833	9.426
Birla Carbon North Bend US	12	10
Total passivo não circulante	**10.845**	**9.436**

	2025	2024
Receita venda mercadorias		
Birla Carbon U.S.A., INC. - North Bend	33.769	-
Birla Carbon U.S.A., INC	1.432	-
Subtotal	**35.201**	-
Receita de juros mútuo (i)		
Indigold Carbon Hungary LLC	9.204	5.679
Subtotal	**9.204**	**5.679**
Total receita	**44.405**	**5.679**
Despesa		
Despesa de *royalty* **(ii)**		
Columbian Intl. Chemical Corp.	30.350	27.452
Total despesa	**30.350**	**27.452**

(i) Contratos de empréstimos. Refere-se a empréstimo com Indigold Carbon Hungary LLC, equivalente a R$ 46.210 (U$$ 12.000), remunerados à taxa Libor anual e spread de 3%, sendo os juros e o principal liquidados até 01 de abril de 2029. **(ii)** Contratos de royalties: Para fornecimento de tecnologia industrial para a produção de negro de fumo a Empresa remunera a coligada estrangeira (Columbian Intl. Chemical Corp.) com um percentual sobre a receita líquida das vendas de produtos para terceiros, conforme estabelecido nos contratos averbados no Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI). **(iii)** Composto substancialmente pelo valor de Dividendos no valor de R$ 41.728 (U$$ 8.145) liquidado em Maio de 2024 e Juros sobre capital próprio, sendo liquidada a sua totalidade de R$ 8.710 (U$$ 1.700) em abril de 2024, conforme deliberado em ata de reunião ordinária. Adicionalmente, durante o exercício de 2025, a Empresa registrou trimestralmente Juros sobre capital próprio no total de R$ 14.789, como também liquidou o montante de R$ 175.562 a título de dividendos para as empresas CC Holdco (Luxembourg) S.à r.l e Indigold Carbon Hungary LLC (R$ 175.386 e R$ 176). A remuneração dos diretores foi de R$ 4.048 no exercício findo em 2025 (R$ 3.891 em 2024) e está apresentada como segue:

	2025	2024
Salários, encargos e outras contribuições a curto prazo	3.668	3.530
Benefícios pós-emprego	380	361
Total	**4.048**	**3.891**

Compromissos: A Empresa assumiu compromissos para a compra de ativos relacionados a máquinas equipamentos, cujo registro contábil ainda não foi efetuado em virtude do não recebimento do material e/ou pela não prestação efetiva do serviço. Em 31 de março de 2025, os referidos compromissos totalizam R$ 2.825 (R$ 1.854 em 2024)

9. Imobilizado

	Terrenos	Edifícios(ii)	Máquinas equipamentos e instalações	Móveis e utensílios	Equipamentos Informática	Veículos	Obras em andamento (i)	Total
Saldo em 31 de março de 2023	**3.668**	**12.868**	**93.663**	**224**	**824**	**894**	**26.386**	**138.527**
Aquisições	-	-	-	-	-	-	26.342	26.342
Baixas	-	(54)	(94)	-	(1)	(315)	-	(464)
Transferências	-	27	32.093	103	137	278	(32.638)	-
Depreciação	-	(1.296)	(14.863)	(36)	(431)	(249)	-	(16.875)
Saldo em 31 de março de 2024	**3.668**	**11.545**	**110.799**	**291**	**529**	**608**	**20.090**	**147.530**
Aquisições	-	1.843	-	-	-	-	50.448	52.291
Baixas	-	-	(369)	(13)	(13)	-	-	(395)
Transferências	-	1.323	36.585	113	2.509	-	(40.530)	-
Depreciação	-	(1.240)	(19.580)	(42)	(420)	(197)	-	(21.479)
Saldo em 31 de março de 2025	**3.668**	**13.471**	**127.435**	**349**	**2.605**	**411**	**30.008**	**177.947**

(i) O imobilizado em andamento é composto basicamente por gastos com projetos de reforma e substituição de componentes das unidades produtivas e alguns outros de modernização de parte do processo produtivo. **(ii)** O montante de R$ 1.843 refere-se a contrato de arrendamento financeiro, conforme detalhado na Nota Explicativa nº 11 - Arrendamento a Pagar. A depreciação desse direito de uso é de R$ 30 mensal, uma vez que nesse exercício social a depreciação acumulada é de R$ 245.

10. Fornecedores

	2025	2024
Fornecedores compra de insumos	64.191	51.576
Outras contas a pagar	23.696	15.743
Provisão compromissos imobilizado	2.724	1.020
Provisões gastos manutenção	2.714	1.266
Outras provisões	963	1.286
Total	**94.288**	**70.891**

11. Arrendamento a Pagar

	Passivos de Arrendamentos
Saldo em 31 de março de 2024	**116**
Contratação	1.843
Pagamentos	(286)
Saldo em 31 de março de 2025	**1.673**
Passivo circulante	534
Passivo não circulante	1.139

Arrendamento financeiro: Em agosto de 2024, a Empresa renovou o contrato de locação de imóvel de 60 meses para o seu escritório central na cidade de Santos. O referido contrato foi reconhecido como arrendamento segundo a norma CPC 06 (R2). O reconhecimento inicial foi R$ 1.843 de passivo de arrendamento a uma taxa de desconto anual de 16,80% e total de contraprestações de R$ 2.712.

12. Obrigações sociais e previdenciárias

	2025	2024
Participação resultados	5.832	5.517
Férias	6.902	6.358
13º salário	862	811
INSS	943	876
Outros	64	67
	14.603	**13.629**

13. Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro (CSLL): a. Imposto de renda e contribuição social: A conciliação do IRPJ e da CSLL, calculados pelas alíquotas previstas na legislação tributária, com os seus valores correspondentes na demonstração de resultado, nos exercícios findos em 31 de março, está apresentada como segue:

	2025	2024
Resultado antes do IR e da contribuição social	339.274	264.281
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social:		
pela alíquota fiscal combinada	(115.353)	(89.855)
Diferenças permanentes		
Benefícios incentivados (PAT)	507	452
Incentivo fiscal	20.738	17.539
Royalties	-	(2.759)
Juros sobre capital próprio	5.028	-
Outros	(914)	147
Total diferenças permanentes	25.360	15.379
Total de despesa de IR e contribuição social		
Corrente	(96.038)	(103.933)
Diferido	6.044	29.888
Despesa de IR e contribuição social	(89.994)	(74.045)
Alíquota efetiva	27%	28%

b. Composição dos impostos diferidos: O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis, as diferenças temporárias entre a base fiscal de contas do resultado e seus respectivos registros contábeis em regime de competência. O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte origem:

	2025	Mov	2024
Provisão para PLR	1.983	107	1.876
Variação cambial	(7.668)	(3.990)	(3.678)
Exclusão do ICMS base de cálculo PIS/COFINS	-	7.076	(7.076)
Provisão para PDD	3.110	111	2.999
Depreciação	(7.678)	2.297	(9.975)
Provisão plano atuarial	4.778	993	3.785
Outras provisões	588	(550)	1.138
Total	**(4.887)**	**6.044**	**(10.931)**

14. Provisão para benefício pós-emprego

	2025	2024
Assistência médica	1.178	1.208
Indenização salarial	12.875	9.925
Saldo final	**14.053**	**11.133**
Circulante	2.372	1.184
Não circulante	11.681	9.949
	14.053	**11.133**

A Empresa é patrocinadora de um plano de previdência complementar aos seus empregados. O plano é gerido pela Fundambras Sociedade de Previdência Privada ("Fundambras"), entidade de previdência complementar com sede em Belo Horizonte - MG, entidade através da qual a Empresa oferta esse benefício a seus empregados com o objetivo de complementar o regime geral da previdência social através de uma suplementação de renda pós-carreira. Os planos de aposentadoria suplementar da Fundambras foram estruturados em dois tipos de planos custeados da seguinte forma: • Plano básico - a Empresa efetua a contribuição: 1) em conta coletiva para os empregados que, em 2025, receberam até 12,5 UCF's (Unidade de Contribuição Fundambrás); 2) a Empresa efetua uma contribuição individual para os empregados que tenham salário de participação igual ou superior a 12,5 UCF's. Nesses exercícios sociais as contribuições feitas pela Empresa ao plano, no plano básico, somaram R$ 1.380 e R$ 1.313, respectivamente. • Plano suplementar - os empregados podem decidir efetuar uma contribuição adicional ao plano, entre 1% e 5%, e, nesse caso, a Empresa também efetua uma contrapartida no plano igual a 50% da contribuição do participante. As contribuições ao plano suplementar por parte da Empresa somaram R$ 743 e R$ 715, respectivamente. A Empresa custeia integralmente (mensalmente) as despesas administrativas do plano enquanto o empregado for um participante ativo. O valor atual de obrigações de planos de pensão depende de uma série de fatores que são determinados utilizando métodos de avaliação atuarial. A avaliação atuarial envolve o uso de premissas sobre as taxas de desconto, taxas de retorno de ativos esperadas, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e pensões. A obrigação de benefício definido é altamente sensível a mudanças nessas premissas. A taxa de mortalidade se baseia em tábuas de mortalidade disponíveis no país. Aumentos futuros de salários e de benefícios de aposentadoria e de pensão se baseiam nas taxas de inflação futuras esperadas para o país. **a. Contribuição definida:** As obrigações por contribuições aos planos de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas com pessoal quando os serviços relacionados são prestados pelos empregados. A Empresa patrocina um plano de benefício e aposentadoria, de renda financeira, que contempla 151 assistidos, sendo 61 assistidos do plano básico e 90 assistidos do plano suplementar. **b. Plano de benefício definido:** A obrigação líquida da Empresa para os planos de benefício definidos é calculada para cada um dos planos com base na estimativa do valor do benefício futuro que os empregados receberão como retorno pelos serviços prestados no período atual e em períodos anteriores. Esse valor é descontado ao seu valor presente e é apresentado líquido do valor justo de quaisquer ativos do plano. A Empresa patrocina um plano de benefício e aposentadoria, de renda vitalícia, que contempla 28 assistidos, 13 assistidos do plano básico e 15 assistidos do plano suplementar. O passivo atuarial referente a esse plano, reconhecido em 31 de março de 2025 e 2024, é de R$ 0, respectivamente. **c. Outros planos de benefícios a empregados:** Plano de Assistência Médica será garantido ao empregado desligado por regime de aposentadoria pela Previdência Social (INSS), bem como para os dependentes legais no ato da demissão, durante o período limite de 24 meses, sendo custeado 50% (cinquenta por cento) do valor da mensalidade pela Empresa e 50% (cinquenta por cento) pelo empregado desligado, conforme Convenção Coletiva de Trabalho negociada com o Sindicato dos Trabalhadores da categoria dos estabelecimentos de Santos e Cubatão, no Estado de São Paulo. Os empregados demitidos por aposentadoria do estabelecimento de Camaçari, no Estado da Bahia, possuem o mesmo sistema de benefício por liberalidade da Empresa. Seguro de Vida de Acidentes Pessoais (APC) é concedido, no ato da demissão, como benefício opcional aos empregados desligados por aposentadoria pela Previdência Social e o custeio de 100% do valor da mensalidade do seguro é de responsabilidade do segurado (empregado aposentado), abrangendo os três estabelecimentos. **d. Premissas atuariais:** As principais premissas atuariais, em 31 de março, são as seguintes:

	2025	2024
Hipóteses econômicas		
Taxa de desconto	7,76% a.a. (*plus inflation*)	5,67% a.a. (*plus inflation*)
Taxa de retorno esperado dos ativos	NA	NA
Crescimentos salariais futuros	2,00% a.a. (*plus inflation*)	2,00% a.a. (*plus inflation*)
Inflação	3,75% a.a.	3,50% a.a.
Hipóteses demográficas		
Tábua de mortalidade	2012 IAM Basic Table	2012 IAM Basic Table
Tábua de mortalidade de inválidos	AT-2000	AT-2000
Tábua de entrada em invalidez	Light Fraca amenizada em 70%	Light Fraca amenizada em 70%

15. Provisão para contingências e depósitos judiciais: A Empresa apresentava os seguintes passivos e correspondentes depósitos judiciais relacionados a contingências:

	2025	2024
Provisões		
Contingências trabalhistas	373	596
Contingências tributárias	54.680	53.103
Total	**55.053**	**53.699**
Depósitos judiciais		
Trabalhistas e previdenciários	1.033	936
Tributário	60.658	58.878
Total	**61.691**	**59.814**

Natureza das contingências: A Empresa é parte envolvida em processos trabalhistas, tributários e outros em andamento, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais ou depósitos recursais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, amparada pela opinião de seus consultores legais externos. A natureza das obrigações pode ser sumarizada como segue: ***(i) Tributárias:*** • Tributárias - referem-se, principalmente, à discussão quanto à adequada interpretação da Lei nº 9.718/98, relativa à majoração da alíquota e da extensão da base de cálculo da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS). A fim de suspender a exigibilidade do crédito tributário e evitar eventual contingência, a Empresa realizou depósito judicial das parcelas controversas, identificadas no montante de R$ 60.658 (R$ 58.878 em 31 de março de 2024). Existem outros processos avaliados pelos assessores jurídicos como sendo o risco de perda possível no montante de R$267.146 (R$202.832 em 31 de março de 2024), que referem-se substancialmente a causas tributárias, e, portanto, nenhuma provisão para contingência foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização. Sendo os mais relevantes: IRPJ e CSLL - Autuações decorrentes da dedução da amortização, no período de 2010 e 2011, de ágios originados de aquisições de participações societárias ocorridas em 2006. Os processos estão na fase administrativa e judicial, tendo a Empresa oferecido seguro garantia no montante integral do valor judicializado. ***(ii) Trabalhistas:*** • Contingências trabalhistas e previdenciárias - consistem, principalmente, em reclamações de ex-empregados e empregados de empresas terceirizadas vinculadas a disputas sobre o montante de compensação pago sobre demissões.

	Provisões para contingências		
	Trabalhista	Tributário	Total
Saldo em 31 de março de 2023	**1.147**	**51.216**	**52.363**
Adições/atualizações	317	1.887	2.204
Baixas por pagamentos	(868)	-	(868)
Saldo em 31 de março de 2024	**596**	**53.103**	**53.699**
Adições/atualizações	33	1.577	1.610
Baixas por pagamentos	(256)	-	(256)
Saldo em 31 de março de 2025	**373**	**54.680**	**55.053**

	Depósitos judiciais		
	Trabalhista	Tributário	Total
Saldo em 31 de março de 2023	**1.789**	**56.748**	**58.537**
Adições/atualizações	158	2.130	2.288
Baixas	(1.011)	-	(1.011)
Saldo em 31 de março de 2024	**936**	**58.878**	**59.814**
Adições/atualizações	233	1.780	2.013
Baixas	(136)	-	(136)
Saldo em 31 de março de 2025	**1.033**	**60.658**	**61.691**

Existem outros processos avaliados pelos assessores jurídicos como sendo o risco de perda possível no montante de R$ 7.110 (R$ 4.201 em 31 de março de 2024), que referem-se a causas trabalhistas, e, portanto, nenhuma provisão para contingência foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização. **16. Patrimônio líquido: Capital autorizado:** Em 31 de março de 2025 e 2024, o capital social da Empresa estava dividido em 2.041.200.000 quotas de R$ 0,10 cada uma e distribuído entre os seguintes quotistas:

	Cotas	Capital social
CC Holdco (Luxembourg) S.A.R.L	2.039.158.800	203.916
Indigold (Netherlands) B.V.	2.041.200	204
Total do capital social	**2.041.200.000**	**204.120**

Os sócios, representando a totalidade do capital social da Empresa, por meio de reunião ordinária de sócios decidiram autorizar a distribuição de dividendos em 06 de setembro de 2024 no montante de R$ 56.105, (U$$ 10.010), no dia 23 de outubro de 2024 no montante de R$ 39.932 (U$$ 7.007), no dia 02 de dezembro de 2024 no montante de R$ 18.179 (U$$ 3.003), e por fim, em 24 de janeiro de 2025, o montante de R$ 61.346 (U$$ 10.374).

17. Receita líquida

	2025	2024
Receita operacional bruta	1.818.173	1.624.675
Tributos sobre venda	(320.500)	(294.953)
Devoluções de venda	(1.472)	(7.850)
Abatimentos de venda	(135.188)	(94.656)
Frete sobre vendas	(19.293)	(11.812)
Receita operacional líquida	**1.341.720**	**1.215.404**

A Empresa vende os seus produtos no mercado interno brasileiro, para entidades privadas. Os acordos com clientes estabelecem preços substancialmente fixos por produto vendido. Quanto à natureza dos produtos vendidos, a receita líquida tem a seguinte composição:

	2025	2024
Receita venda negro de fumo mercado doméstico	1.212.261	1.132.588
Receita venda negro de fumo exportação	104.650	53.571
Receita sucatas e outros	657	255
Receita venda utilidades	24.152	28.990
Total	**1.341.720**	**1.215.404**

18. Custo dos produtos vendidos	**2025**	**2024**
Matéria-prima, embalagem e outros materiais	(712.591)	(643.769)
Gastos com pessoal	(66.685)	(61.098)
Manutenção	(82.837)	(68.120)
Depreciação	(20.617)	(15.983)
Serviços, locações e seguros	(33.796)	(28.873)
Utilidades	(26.100)	(31.591)
Outros	(9.505)	(9.370)
	(952.131)	**(858.804)**

19. Despesas gerais e administrativas	**2025**	**2024**
Gasto com pessoal	(14.927)	(13.480)
Depreciação	(823)	(818)
Serviços, locações e seguros	(9.519)	(8.298)
Royalties	(30.263)	(27.379)
Outros	(4.732)	(4.767)
	(60.264)	**(54.742)**

20. Despesas financeiras líquidas	**2025**	**2024**
Receitas financeiras		
Variação cambial	23.191	181
Encargos e juros	14.125	9.117
	37.316	**9.298**
Despesas financeiras		
Variação cambial	(966)	(1.489)
Encargos e juros	(21.641)	(34.773)
Outros	(61)	(39)
	(22.668)	**(36.301)**
	14.648	**(27.003)**

21. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos: A Empresa mantém operações com instrumentos financeiros. A Administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando a assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas *versus* condições vigentes no mercado. A Empresa não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e as estratégias definidas pela Administração da Empresa. **Visão geral:** A Empresa está exposta aos seguintes riscos: • Risco de crédito; • Risco de liquidez; • Risco de mercado; • Risco de taxa de câmbio; • Risco operacional. Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Empresa relacionada a cada um dos riscos acima e processos de mensuração e gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital da Empresa. **Estrutura de gerenciamento de risco:** As políticas de gerenciamento de risco da Empresa foram estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Empresa está exposta, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas de risco e sistemas são revistos regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Empresa. A Empresa, por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca desenvolver um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações. **Risco de crédito:** Risco de crédito é o risco de a Empresa incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes. Para o saldo do contas a receber o risco é baixo e a Empresa faz o acompanhamento do saldo em aberto constantemente. O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima ao risco de crédito como segue:

	2025	2024
Caixa e equivalentes de caixa (Nota Explicativa nº 4)	98.781	34.524
Contas a receber de clientes (Nota Explicativa nº 5)	230.526	204.354
Outras contas a receber	18.552	14.301
Empréstimos com partes relacionadas	93.346	74.885
Total	**441.205**	**328.064**

Risco de liquidez: Risco de liquidez é o risco em que a Empresa irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Empresa na Administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Empresa. Tipicamente, a Empresa garante que possui caixa e equivalentes de caixa suficiente para cumprir com despesas operacionais, incluindo o cumprimento de obrigações financeiras. A Empresa como um todo não teve a necessidade, assim como não é projetada a captação (empréstimos) de recursos financeiros com instituições financeiras externas. A seguir estão as maturidades contratuais de passivos financeiros na data da demonstração financeira. Esses valores são brutos e não descontados, e incluem pagamentos de juros contratuais.

2025	Valor contábil	Total	Até 1 ano	Após 1 ano
Fornecedores (Nota Explicativa nº 11)	94.288	94.288	94.288	-
Contas a pagar com parte relacionada (Nota Explicativa nº 8)	19.971	19.971	9.126	10.845
	114.259	**114.259**	**103.414**	**10.845**

2024	Valor contábil	Total	Até 1 ano	Após 1 ano
Fornecedores (Nota Explicativa nº 11)	70.891	70.891	70.891	-
Contas a pagar com parte relacionada (Nota Explicativa nº 8)	62.297	62.297	52.861	9.436
	133.188	**133.188**	**123.752**	**9.436**

Risco de mercado: Decorre da possibilidade de a Empresa sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros e câmbio incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A Empresa não possui ativos ou passivos significativos sujeitos à variação de taxa de juros e, com relação à taxa de câmbio, a Empresa adota o procedimento de avaliar periodicamente as flutuações nas taxas de câmbio, visando a minimizar eventuais riscos. A Empresa não opera com instrumentos financeiros derivativos. **Risco de taxa de juros: *Exposição e análise de sensibilidade de variações na taxa de juros:*** A Empresa está exposta a riscos e oscilações de taxas de juros em operações de mútuos a pagar. Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros da Empresa era:

	Valor contábil	
Ativos financeiros	**2025**	**2024**
Caixa e equivalentes de caixa (Nota Explicativa nº 4)	41.343	25.240
Empréstimos com partes relacionadas	93.346	74.885
Total	**134.689**	**100.125**
Passivos financeiros		
Contas a pagar para parte relacionadas	19.971	20.569
Total	**19.971**	**20.569**

Análise de sensibilidade taxa de juros: Dada a característica dos ativos e passivos financeiros expostos a esse risco, bem como a exposição líquida apresentada acima, a Administração entende que essa exposição não acarretaria nenhum impacto significativo no resultado da Empresa decorrente de oscilações nas taxas de juros. **Risco cambial: *Exposição e análise de sensibilidade de variações na taxa de câmbio:*** A Empresa está sujeita ao risco de moeda nas vendas e compras denominadas em uma moeda diferente da sua moeda funcional. Atualmente, a Empresa não possui derivativos ou outros instrumentos financeiros para se proteger do risco de moeda, tais como a contratação de operações de *hedge*, em razão da Administração da Empresa entender que esse risco não é significativo. Os principais montantes da Empresa não são recebíveis em USD, porém a Empresa adota o procedimento de avaliar periodicamente as flutuações nas taxas de câmbio, visando minimizar eventuais riscos. Com relação a outros ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, a Empresa avalia que sua exposição líquida é mantida a um nível aceitável. Para a análise de sensibilidade de variações nas taxas de câmbio, a Administração adotou para o cenário provável as mesmas taxas utilizadas na data de encerramento do balanço patrimonial. Os cenários possível e provável representam, respectivamente, uma deterioração de 15% e 30% em relação ao cenário provável. Os percentuais de estresse utilizados na análise de sensibilidade, embora sejam remotos, a Administração entende que são cenários que podem ocorrer e, portanto, estão sendo utilizados como referência para as mensurações apresentadas a seguir. As seguintes taxas de câmbio foram aplicadas:

	Taxa à vista	
	2025	2024
USD	5,7422	4,9962
Cenário I Possível - 15%	6,6035	5,7456
Cenário II Provável - 30%	7,4649	6,4951

A tabela a seguir demonstra os eventuais impactos no resultado na hipótese dos respectivos cenários apresentados:

			Cenários				
Ativos financeiros	Exposição valor	Taxa 31/03/2025	I Provável	II 15%	III 30%	IV (15%)	V (30%)
Contas a receber - No exterior (USD)	1.000	5,7422	5.742	6.604	7.465	(4.881)	(4.020)
Contas a receber - Partes relacionadas (USD)	86	5,7422	492	565	639	(418)	(344)

			Cenários				
Ativos financeiros	Exposição valor	Taxa 31/03/2024	I Provável	II 15%	III 30%	IV (15%)	V (30%)
Contas a receber - No exterior (USD)	6.555	4,9962	32.751	37.664	42.577	(27.839)	(22.926)
Contas a receber - Partes relacionadas (USD)	67	4,9962	337	387	438	(286)	(236)

Análise de sensibilidade de variações nas taxas de câmbio: *Risco operacional:* Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Empresa e de fatores externos, exceto riscos de crédito e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. ***Gerenciamento do capital:*** A política da Administração é manter uma sólida base de capital para manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora os retornos sobre capital e procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis mais adequados de empréstimos e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável. A dívida da Empresa para a relação ajustada do capital ao final do exercício é apresentada a seguir:

	2025	2024
Total passivo	**317.113**	**284.817**
Menos: caixa e equivalentes de caixa	(98.781)	(34.524)
Dívida líquida	218.332	250.293
Total patrimônio líquido	479.950	422.998
Índice da dívida líquida pelo patrimônio ajustado em 31 de março	**0,45**	**0,59**

Classificação dos instrumentos financeiros: A classificação dos instrumentos financeiros está apresentada no quadro a seguir, e não existem instrumentos financeiros classificados em outras categorias além das informadas:

	Ativos financeiros a custo amortizado	Outros passivos financeiros	Total 2025
Ativos			
Caixa e equivalente de caixa	98.781	-	98.781
Outras contas a receber	18.552	-	18.552
Empréstimos com partes relacionadas	93.346	-	93.346
Contas a receber de clientes	230.526	-	230.526
Total	**441.205**	-	**441.205**
Passivos			
Fornecedores	-	94.288	94.288
Valores a pagar a empresas ligadas	-	19.971	14.012
	-	**114.259**	**114.259**

	Ativos financeiros a custo amortizado	Outros passivos financeiros	Total 2024
Ativos			
Caixa e equivalente de caixa	34.524	-	34.524
Outras contas a receber	14.301	-	14.301
Empréstimos com partes relacionadas	74.885	-	74.885
Contas a receber de clientes	204.354	-	204.354
Total	**328.064**	-	**328.064**
Passivos			
Fornecedores	-	70.891	70.891
Valores a pagar a empresas ligadas	-	62.297	62.297
	-	**133.188**	**133.188**

22. Eventos subsequentes: Pagamento de juros sobre capital próprio: Em abril de 2025, a Empresa pagou juros sobre capital próprio referente ao 4º trimestre de 2024 e 1º trimestre de 2025 no montante total de R$6.680 (U$$ 1.143) aos seus dois sócios quotistas conforme deliberado em ata de reunião ordinária. Em abril de 2025, a Empresa pagou *Royalty* no montante total de R$2.446 (U$$ 403) a Columbian Intl. Chemical Corp.

Diretoria

Adilson Trevisan - Diretor Financeiro

Fabio Fernandez dos Santos

Profissional da Contabilidade - Contador - CRC 1SP-218483/O-4

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Diretores e Quotistas da Birla Carbon Brasil Ltda. - Cubatão - SP

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Birla Carbon Brasil Ltda. (Empresa), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Birla Carbon Brasil Ltda. em 31 de março de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 26 de maio de 2025

KPMG Auditores Independentes Ltda. - CRC 2SP-014428/O-6

Rafael Pereira - Contador CRC 1SP255172/O-5

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001,que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Certificado por Editora Globo SA 04067191000160 Pub: 28/05/2025

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link

https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2025/05/28/BIRLA1582763328052025.pdf

Hash:174837948038dde0a4b4734214973cbdd2a2cbd8c5